



Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)

www.fai.com.br

MOCHIUTI, Juliana Coracini; PINTO, Leonardo de Barros; OLIVEIRA, Sandra Cristina; SANTOS, Gabriela Dezan. Análise do perfil dos produtores rurais de Pracinha-SP e a representatividade da pecuária na composição da renda. *Omnia Exatas*, v.3, n.2, p.40-52, 2010.

ANÁLISE DO PERFIL DOS PRODUTORES RURAIS DE PRACINHA-SP E A REPRESENTATIVIDADE DA PECUÁRIA NA COMPOSIÇÃO DA RENDA

ANALYSIS OF PROFILE OF FARMERS OF PRACINHA-SP AND THE REPRESENTATIVENESS OF LIVESTOCK IN THE INCOME COMPOSITION

Julianna Coracini Mochiuti;

Bolsista de IC pela Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e-mail: jumochiuti@gmail.com

Leonardo de Barros Pinto

Sandra Cristina de Oliveira

Gabriela Dezan dos Santos

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Unesp, Campus de Tupã

RESUMO

A agricultura familiar vem se destacando nos assuntos relacionados ao desenvolvimento brasileiro, devido a sua importância socioeconômica. Buscar alternativas que possibilitem o aumento da renda neste seguimento é primordial. Com o intuito de atender as necessidades da família originam-se combinações de atividades agrícolas ou não-agrícolas que auxiliam na obtenção de diferentes formas de geração de renda. Nota-se que a pluriatividade está presente na lógica de reprodução de inúmeros sistemas produtivos. Portanto, verifica-se que a rentabilidade dos estabelecimentos rurais é determinada tanto pelas características e atividades agrícolas desenvolvidas, como por atividades e rendas não-agrícolas, estas últimas cada vez mais presentes no novo cenário da agricultura. O estudo tem como objetivo a caracterização dos estabelecimentos rurais de Pracinha-SP, a análise do perfil dos produtores ou responsáveis por estes, bem como a composição da renda e a importância da pecuária de corte e leiteira para os produtores rurais do município. O município de Pracinha possui 71 estabelecimentos rurais, sendo mais de 70% deles inferiores à 50 hectares (SAA/CATI/IEA, 2009); a economia é voltada principalmente à agropecuária e serviços temporários. Verificou-se que 48% dos proprietários possuem idade superior a 60 anos e 81,5% deles, destinavam 86% das áreas disponíveis à pastagem, evidenciando a forte presença da pecuária (principalmente a de corte), com agravantes, já que a mesma demanda pouca mão-de-obra. Aproximadamente 4% dos produtores dependem exclusivamente da renda agropecuária e 30% possuem mais da metade da renda proveniente dela.

Palavras-chave: renda agrícola e não-agrícola, perfil dos produtores, pecuária de corte e leiteira.

ABSTRACT

The family farm has stood out on matters related to the development of Brazil, due to their socioeconomic importance. Seek alternatives that enable increased income in this action is paramount. In order to meet the needs of the family originate from combinations of agricultural activities or nonfarm that help in obtaining various forms of income generation. Note that the multi-activity is present in the logic of reproduction of many production systems. Therefore, it appears that the profitability of farm operations is determined as much by the characteristics and agricultural activities developed, for activities and non-agricultural incomes, the latter increasingly present in the new scenario of agriculture. The study aimed to characterize the farms of Pracinha-SP, the profile analysis of producers or persons responsible for these, as well as the composition of income and the importance of beef cattle and dairy farmers for the municipality. The municipality of Pracinha has 71 farms, with over 70% of them below the 50 hectares (SAA / CATI / IEA, 2009), the economy is geared mainly to agriculture and temporary services. It was found that 48% of owners are aged over 60 years and 81.5%, 86% of the intended areas available for grazing, indicating the strong presence of livestock (mainly cutting), aggravated, since the same demand little manpower. Approximately 4% of farmers depend solely on

agricultural income and 30% have more than half of the income therefrom.

Key-words: farm income and nonfarm, profile producers, beef cattle and dairy.

INTRODUÇÃO

Os agricultores familiares/camponato não constituem uma classe social recente, pois se renovam a cada instante devido o seu significado e abrangência (WANDERLEY, 1996), torna-se necessário retomar conceitos sobre o modo de vida camponês, surgido em séculos anteriores, para que haja o entendimento do modo de vida da agricultura familiar, que apareceu no século passado e estende-se até os dias atuais.

Nesse contexto, Wolf *apud* Tesche e Machado (2009), faz uma análise quanto ao que difere uma sociedade primitiva de uma sociedade camponesa em relação ao tipo de comportamento social e modo de produção. Enquanto o primitivo produzia basicamente para o auto-sustento e permutava diretamente o pouco excedente com outros grupos sociais, o camponês produzia além do necessário para sua subsistência e comercializava o excedente por meio da intermediação de outro grupo dominante, como o comerciante na via do mercado ou o Estado na via dos impostos. Nesse sentido, a formação das cidades deu-se graças ao excedente produzido pelos camponeses para o abastecimento dos consumidores urbanos. Dessa forma, ao passo que a demanda do mercado urbano aumentava, afetava o desenvolvimento do camponato.

A partir desse contexto e das mudanças sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas, ocorridas no século XX, houve a formação da agricultura familiar, que se insere no mercado contendo peculiaridades originais do modo de vida camponês como, por exemplo, a utilização intensiva de mão-de-obra familiar, a priorização no atendimento as necessidades de consumo da família e o relacionamento social de reciprocidade.

“A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional” (WANDERLEY, 1996).

Em decorrência, um conceito genérico que reúne a diversidade de circunstâncias particulares em que aparece, sendo o camponato uma destas formas, e que se estabelece como um modo específico de se relacionar socialmente e de produzir.

Diferentemente de empresas que não exercem atividade agrícola – como a indústria e o comércio –, a empresa familiar é definida como “aquela empresa que se identifica com uma família há pelo menos duas gerações e quando essa ligação resulta numa influência recíproca” (Donnelley *apud* Lodi, 1993). Quando se refere especificamente a propriedades rurais esse conceito deve ser modificado e ampliado devido às peculiaridades inerentes à agricultura.

Segundo Gutberlet (1999), a atividade agrícola de pequenas propriedades rurais esteve focada para a subsistência. Contudo, devido à dificuldade de acesso a ativos básicos (assistência técnica; crédito) e à pressão populacional sobre os recursos escassos (como terra, capital, mão-de-obra), os produtores rurais intensificaram a produção. Muitos agricultores não conseguiram adaptar-se à nova realidade. Como consequência, inúmeros agricultores familiares ficaram à margem desse processo.

Em decorrência, se verificou o surgimento de novas estratégias de exploração das propriedades rurais familiares. Essas novas formas de gestão ficaram marcadas pela intensa ação do Estado. As ações empregadas em prol do desenvolvimento, de maneira geral, tinham o suporte de instituições de ensino, pesquisa, sistemas de crédito e, principalmente, o serviço de assistência técnica e extensão rural.

Portanto, a partir da década de 1950 o modelo estrutural da agricultura brasileira sofreu mudanças acentuadas, era o início da chamada *Revolução Verde*¹. A concepção das políticas públicas e econômicas estabelecidas acompanhava a nova ordem de crescimento e desenvolvimento mundial direcionada para o setor industrial e cuja primeira medida foi a substituição de importações. Desde então, foram colocadas em prática mudanças nas principais diretrizes institucionais, principalmente aquelas voltadas ao setor primário (KAGEYAMA *et al.*, 1986). Esse novo cenário se constituiu a partir da transição dos complexos rurais² para os complexos agroindustriais³ (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Recentemente, em meados da década de 1990, ainda sob forte influência do modelo que se criara, o Governo Federal lançou o Programa de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF) que, até mesmo como resposta ao cenário anteriormente constituído, tratava do reconhecimento da importância econômica e social, presente e potencial da agricultura familiar. Este programa teve como objetivo fortalecer a agricultura familiar com a perspectiva de contribuir para a geração de emprego, renda rural e urbana, na tentativa de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares.

Os beneficiários deste programa devem atender a alguns requisitos como: a propriedade não ultrapassar quatro módulos fiscais; utilizar trabalho familiar; residir em área rural ou zona urbana próxima; ter 80% da renda proveniente da agricultura; manter até dois empregados permanentes e possuir renda bruta anual de até sessenta mil reais.

Buscar alternativas que possibilitem o aumento da renda é primordial à agricultura familiar, pois sua funcionalidade visa atender as necessidades da família, podendo assim originar uma combinação de atividades ou culturas que auxiliam na obtenção de diferentes formas de geração de renda. Com isso, a pluriatividade está presente em algumas propriedades, estabelecendo fortes ligações sociais, seja para a complementação de renda, permanência das famílias no meio rural, bem como assegura a produção de alimentos no campo. Graziano (1997) define o indivíduo pluriativo como aquele que combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como em novas atividades desenvolvidas no meio rural, é o chamado *part-timer-farmer*, isto é, o fazendeiro em tempo parcial.

Nesse rico contexto, verifica-se que a rentabilidade das propriedades rurais é determinada tanto pelas características e atividades agrícolas desenvolvidas, como por atividades e rendas não-agrícolas, estas últimas cada vez mais presentes no novo cenário da agricultura.

A mudança no cenário da agricultura, especialmente o da agricultura familiar, suscita a hipótese de que há inúmeras combinações passíveis de análise sobre o sucesso do estabelecimento rural familiar, respeitando acima de tudo novas formas de gestão, que na geração de renda estejam presentes atividades agrícolas e não-agrícolas. O sucesso no espaço rural tornou-se algo muito mais complexo, com mais oportunidades, que demandam posicionamentos por parte do Estado e da sociedade civil, que possam contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento de novas alternativas à geração de empregos, renda, promoção e manutenção da qualidade de vida no campo e conseqüentemente nas cidades.

A agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Observa-se que ela enfrenta grande contradição, pois embora a busca por geração de renda esteja pautada em estratégias como a diversificação e redução de custos, por meio da própria utilização de mão-de-obra familiar e menor custo de

¹ Trata-se de um modelo criado nos EUA que difundia tecnologias aos países de Terceiro Mundo. Um modo de produção amparado em máquinas e implementos agrícolas, associados às necessidades de insumos externos, como: fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e sementes melhoradas. No Brasil, instituições oficiais de extensão rural, durante muito tempo, foram responsáveis pela disseminação desse “pacote tecnológico”, em decorrência da necessidade de expandir a indústria e criar mercado para os produtos gerados.

² Trata-se de propriedades rurais, na maioria auto-suficiente, mediante processos manuais e, ou, rudimentares.

³ Integração que se estabelece entre a agricultura e a indústria, a montante e a jusante, responsável também pelas grandes transformações das relações sociais no campo.

gestão; verifica-se que tanto o tamanho das famílias rurais como da mão-de-obra familiar tende a diminuir. Tal fato é decorrente das melhores oportunidades oferecidas aos filhos dos agricultores nos centros urbanos, ou à falta de desenvolvimento local, especialmente no meio rural. (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social (SCHNEIDER, 2003).

Deste modo, o Brun *apud* Mattei (2007) afirma que para analisar a evolução das unidades de produção, suas lógicas econômicas, suas capacidades de se reproduzir e suas relações externas, torna-se necessário fazer referências às famílias, uma vez que a partir do momento que as decisões relativas à exploração agrícola passam a ser tomadas em um âmbito maior, a análise deve se deslocar da exploração e caminhar em direção à família. Porém, devem-se considerar também as mudanças que vêm se processando no âmbito das próprias famílias, as quais alteram o seu relacionamento com as unidades de exploração. É justamente essa mudança que coloca a família como a unidade analítica relevante, uma vez que ela não se articula apenas no interior do setor agrícola, mas tende a ser uma unidade plurisetorial, cuja lógica de funcionamento não é mais definida exclusivamente pela produção agrícola.

O Brasil apresenta grandes áreas destinadas às pastagens, com isso a pecuária brasileira destaca-se no cenário internacional, tanto pelo seu rebanho como pela baixa produtividade, caracterizada pelo modo de produção extensivo.

Segundo o ANUELPEC (2009), o Brasil ocupa a segunda posição em quantidade de cabeças abatidas mundialmente, ficando atrás, apenas, da Índia. O rebanho brasileiro foi de 169.704.641 cabeças e foram abatidas 39.540.690, em 2008. A região com maior rebanho é o Centro Oeste, responsável por 30% do total, seguido por Norte (20%), Sudeste (20%), Nordeste (16%) e Sul (14%). O Centro Oeste também lidera em termos de cabeças abatidas, com uma representatividade de 28%, seguido do Sudeste (27%), Sul (16%), Norte (15%) e Nordeste (14%).

Direcionando as análises apenas para região Sudeste, é possível observar que, o Estado de Minas Gerais ocupa a primeira posição com 20.685.639 cabeças por rebanho e 5.552.870 abatidas. O estado de São Paulo ocupou a segunda posição, com um rebanho de 9.044.484 de cabeças e abatimento de 4.143.615 cabeças (ANUALPEC, 2009).

Em relação a pecuária leiteira o Brasil ocupou, em 2008, a sexta posição. De acordo com a Tabela 1 é possível observar que o estado de São Paulo se destaca sendo responsável por 37% da produção brasileira (ANUALPEC, 2009).

Tabela 1: Pecuária leiteira no Brasil em 2008.

Região	Produção de Leite (mil litros)	Representatividade da produção leiteira das regiões em relação à produção brasileira.
Sudeste	8.397.563	37%
Sul	6.729.920	30%
C. Oeste	3.188.402	14%
Nordeste	3.028.918	13%
Norte	1.309.279	6%
BRASIL	22.654.082	100%

FONTE: Adaptado de ANUALPEC (2009).

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é analisar o perfil dos produtores rurais do município de Pracinha-SP. Como objetivos específicos têm-se a verificação da representatividade da renda agrícola na renda bruta total, bem como a participação da pecuária na composição da renda.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de campo abrangeu os municípios de Pracinha-SP, Lucélia-SP e Adamantina-SP, localizados a aproximadamente 600 km da capital do estado, região oeste conhecida como Nova Alta Paulista. Tal abrangência deu-se pelo fato dos proprietários ou responsáveis pelos estabelecimentos rurais de Pracinha residirem nessas cidades.

Oportunamente o município de Pracinha foi escolhido devido às suas características peculiares, como um dos menores do estado em extensão territorial (63 km²) e população (2.667 habitantes); aproveitando a facilidade de se observar e envolver os atores sociais presentes, com a expectativa de gerar resultados que contribuam para os processos de desenvolvimento local.

Para a pesquisa de campo houve inicialmente um contato com agentes do poder público tais como funcionários da Prefeitura Municipal e representantes do corpo técnico da SAA/CATI que atuam no município. A pesquisa abrangeu 54 estabelecimentos rurais, dos 71 estabelecimentos existentes. O perfil dos produtores rurais e a formação da renda foram constituídos a partir da aplicação de formulários⁴, contemplando as seguintes informações: Perfil da família (número de integrantes, idade, sexo, ocupação,...); Estrutura da produção agropecuária (área e tecnologia de produção animal e vegetal); e, Formação da renda.

Para tanto, foram realizadas análises descritivas, ou seja, foram feitas uma descrição e a análise dos dados usando métodos gráficos (tabelas e gráficos) e métodos numéricos (apresentação de medidas de posição e, ou, dispersão).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização do município

O município de Pracinha possui 71 estabelecimentos rurais (sendo mais de 70% deles inferiores à 50 hectares) (SAA/CATI/IEA, 2009); a economia voltada principalmente à agropecuária e serviços temporários. Pertence à Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, área de 63,05 Km², população de 2.667 habitantes, Bioma Mata Atlântica, Densidade Demográfica de 42,81 hab/km², segundo IBGE (2009).

Nos últimos anos houve um aumento significativo da população urbana, sobretudo devido à instalação de uma Penitenciária no município, passando de 1431 habitantes em 2001 para 2667 habitantes em 2007 (IBGE, 2009); faz parte da contagem da população os residentes somados com os detentos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) apresenta valor considerado de médio desenvolvimento humano, com índice 0,744, e um alto desenvolvimento humano de longevidade, com índice 0,818 (PNUD, 2009). PIB per capita (2006) de R\$7.787,00 (IBGE, 2009).

A Prefeitura Municipal é a principal empregadora do município com cerca de 150 funcionários, responsável pelos serviços básicos de saúde, educação, assistência social, agricultura, saneamento básico, abastecimento, segurança e outros serviços destinados à população rural e urbana.

⁴ Formulário é um instrumento de coleta de dados, cujo sistema consiste em obter informações diretamente do entrevistado, por meio de um roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista.

Os estabelecimentos rurais do município encontram-se distribuídos geograficamente de acordo com as estradas apresentadas na Figura 1. De acordo com a SAA/CATI (2010), as estradas foram numeradas de 01 a 11, com destaque para a Vicinal Geraldo Rissato que liga o município de Pracinha ao de Lucélia, a qual não está nomeada no mapa.

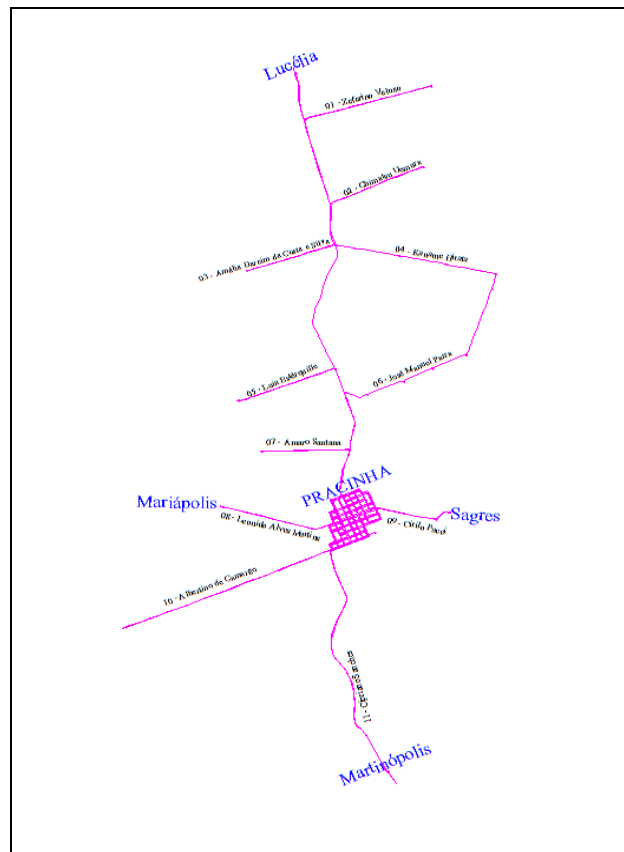


Figura 1. Distribuídos geograficamente das estradas.
Fonte: SAA/CATI, 2010.

Perfil e renda dos proprietários no município de Pracinha

Com o intuito de traçar um perfil dos proprietários ou responsáveis entrevistados no município de Pracinha foram levantados dados relevantes que agrupados, possibilitaram o alcance dos objetivos propostos.

Na Figura 2, são apresentados os dados sobre o percentual de proprietários por classe de idade.

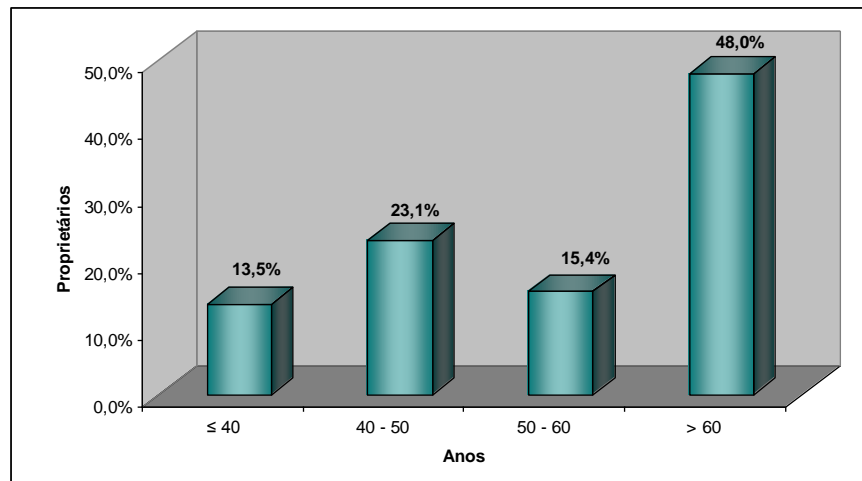


Figura 2. Percentual de proprietários por classe de idade.
Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Verificou-se que 48% dos proprietários possuem idade superior a 60 anos; 15,4% idade entre 50 e 60 anos; 23,1%, idade entre 40 e 50 anos e somente 13,5% apresentam idade igual ou inferior a 40 anos, indicando que se concentra uma população rural idosa, surgindo uma preocupação com a sucessão familiar enfrentada pelos estabelecimento rurais familiares (Figura 3).

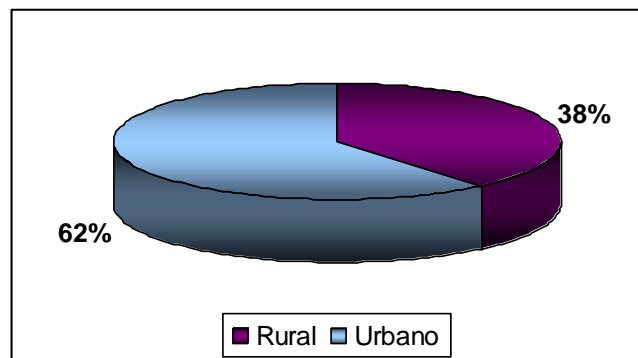


Figura 3. Residência dos proprietários ou responsáveis pelo estabelecimento rural
Fonte: Dados da pesquisa (2010).

A grande maioria dos entrevistados (62%) residiam nos municípios de Pracinha (34%); Lucélia (19%) e Adamantina, Indiana e Piacatu (9%); apenas 38% residiam no estabelecimento rural.

Em relação aos estabelecimentos rurais pesquisados, analisando o percentual dos estabelecimentos por classe de área em hectares (Figura 4), notou-se que 73% deles possuem 50 ha ou menos; 13%, entre 50 a 150 ha; 8%, de 150 a 300 ha e 6% possuem áreas superiores a 300 ha. Verificou-se também, que 11% cedem, totalmente, sua área em arrendamento ou parceria e outros 5% cede apenas parte da área.

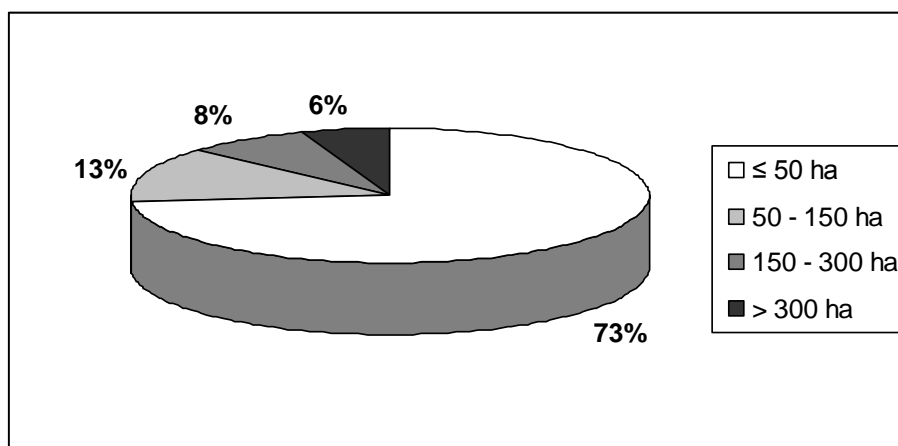


Figura 4: Percentual dos estabelecimentos por classe de área em hectares
Fonte. Dados da pesquisa (2010).

A maioria dos proprietários (81,5%) destinavam 86% das áreas disponíveis à pastagem, evidenciando a forte presença da pecuária (principalmente a de corte), com agravantes, já que a mesma demanda pouca mão-de-obra.

Nesse sentido verificou-se que, anualmente são empregadas cerca de 80 pessoas temporariamente, e dentre os estabelecimentos pesquisados, apenas 17% deles possuem trabalhadores rurais permanentes. Observou-se que cerca de 4% dos produtores dependem exclusivamente da renda agropecuária e 30% possuem mais da metade da renda proveniente desta atividade. Conforme dados apresentados na Figura 5, é possível observar que para 31% dos entrevistados, a participação da renda agropecuária na renda total representa mais de 50% do total.

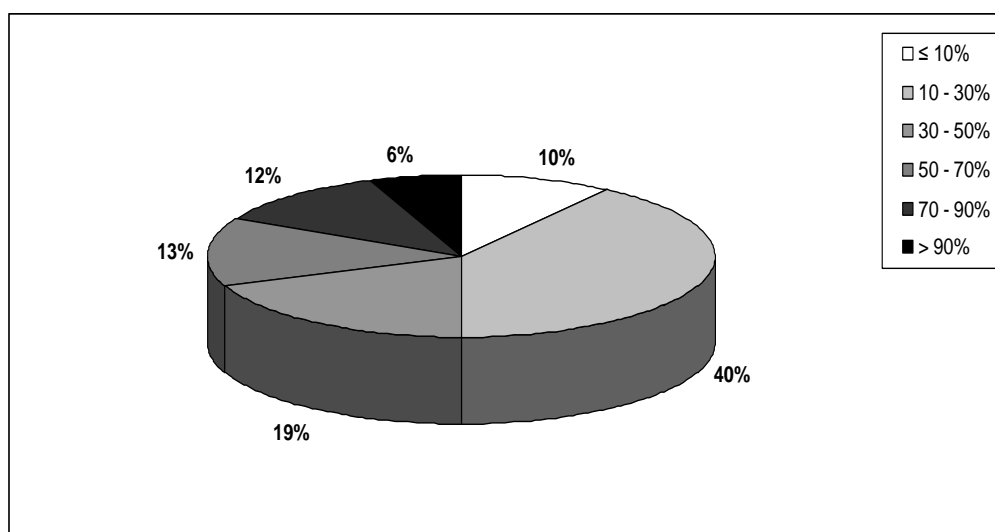


Figura 5. Representatividade da renda agropecuária na renda bruta total dos entrevistados
Fonte. Dados da pesquisa (2010).

Direcionando as análises para a pecuária de corte (bovinos), verificou-se que ela está presente em 36 estabelecimentos rurais (66% do total). Dentre estes estabelecimentos, notou-se que 67% deles possui a pecuária de corte como a única atividade agropecuária, ou seja, a renda agropecuária destes produtores é composta 100% pela renda resultante da comercialização de bovinos. Em média, o valor obtido pelos produtores foi de aproximadamente R\$790,00 por cabeça.

Constatou-se que a pecuária de corte para estes produtores possui grande representatividade na renda agropecuária, exercendo influência na renda bruta total que engloba a renda agropecuária, renda não-agropecuária⁵ e renda proveniente de outras propriedades (Tabela 2).

Tabela 2. Produção de bovinos no município de Pracinha-SP e representatividade da pecuária leiteira na renda agropecuária e na renda bruta total.

Produtor	Qt. Vendida (cabeças/ano)	Valor Venda (R\$/ano)	Representatividade da Pecuária de Corte (bovinos)	
			Renda Agropecuária	Renda Total
A1	15	36.200,00	21,7%	17,1%
B1	18	9.900,00	100%	19,9%
C1	54	81.000,00	100%	16,5%
D1	72	108.000,00	100%	20%
E1	100	100.000,00	100%	88,3%
F1	30	15.000,00	100%	53,6%
G1	60	39.000,00	42,9%	36%
H1	3	2.400,00	40%	17,4%
I1	8	4.800,00	100%	26,7%
J1	8	5.000,00	21,7%	12,5%
K1	10	5.000,00	57,3%	32,6%
L1	3	2.400,00	100%	11,6%
M1	8	4.000,00	100%	23,2%
N1	30	15.000,00	100%	24,4%
O1	2	1.000,00	24,9%	5,8%
P1	4	2.300,00	100%	11,1%
Q1	5	2.500,00	31,3%	8,6%
R1	6	3.000,00	29,9%	12,9%
S1	8	5.600,00	100%	24,8%
T1	30	16.500,00	89,2%	37,9%
U1	10	6.000,00	100%	31,2%
V1	8	4.800,00	100%	42,1%
W1	3	2.100,00	100%	13,7%
X1	26	35.000,00	66,7%	39,2%
Y1	6	3.300,00	31,4%	13,9%
Z1	24	14.400,00	100%	31,4%
A2	15	10.500,00	100%	50,2%
B2	4	3.480,00	100%	17,1%
C2	10	6.000,00	100%	41,7%
D2	9	4.410,00	100%	13,9%
E2	76	50.000,00	100%	60,6%
F2	3	2.100,00	12,4%	4,8%
G2	6	4.800,00	100%	10,9%
H2	108	40.000,00	90,3%	90,3%
I2	850	1.275.000,00	100%	22,9%
J2	1400	2.240.000,00	100%	100%
TOTAL	3032	4.160.490,00	-	-

⁵ A renda não-agropecuária engloba as aposentadorias, pensões, salários externos à propriedade, aluguéis de imóveis, em geral, e aplicações financeiras.

Fonte. Dados da pesquisa (2010).

A pecuária leiteira está presente em 12 estabelecimentos rurais, ou seja, em 23% deles. É importante salientar que, em um deles (Produtor I) a produção é apenas para consumo próprio, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Produção de leite no município de Pracinha-SP

Produtor	Qt. Produzida (litros/ano)	Qt. Consumida (litros/ano)	Qt. Vendida (litros/ano)	Valor Venda (R\$/ano)
A	183.600	3.600	180.000	124.200,00
B	23.000	0	23.000	15.000,00
C	2.880	1.440	1.440	806,40
D	37.000	0	37.000	22.200,00
E	30.000	720	29.280	18.000,00
F	33.600	0	33.600	24.860,00
G	10.950	365	10.585	6.351,00
H	5.400	365	5.035	3.021,00
I	6.480	6.480	0	0,00
J	10.950	0	10.950	5.475,00
K	10.800	0	10.800	7.020,00
L	13.715	0	13.715	9.600,00
TOTAL	368.375	12.970	355.405	236.533,40

Fonte. Dados da pesquisa (2010).

Observou-se que para 2 desses produtores (Produtor C e Produtor F) a pecuária leiteira é a única atividade agropecuária, portanto a representatividade desta atividade na renda agropecuária destes produtores foi de 100% (Tabela 4).

Tabela 4: Representatividade da pecuária leiteira na renda agropecuária e na renda bruta total dos produtores rurais.

Representatividade da Pecuária Leiteira		
Produtor	Renda Agropecuária	Renda Total
A	74,30%	58,60%
B	26,30%	14,30%
C	100,00%	2,70%
D	24,40%	20,50%
E	78,30%	45,00%
F	100,00%	56,00%
G	96,70%	48,10%
H	75,10%	17,50%
I	0,00%	0,00%
J	68,70%	18,90%
K	70,10%	30,20%
L	18,30%	10,70%

Fonte. Dados da pesquisa (2010).

Grande parte da produção de leite é comercializada com a Cooperativa dos Produtores de Leite da Região de Lucélia (COLELU), sendo importante destacar que, o produtor A adotou padrões de produção para se tornar

fornecedor da Nestlé Brasil Ltda. Com isso, a sua produção é parcialmente tecnificada, devidamente armazenada em refrigerador e vendida diretamente para a multinacional, obtendo um dos maiores preços recebidos pelo leite, em média R\$0,69 o litro, como foi observado na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é de extrema importância para o país, seja pelo número de agricultores envolvidos, como pela garantia da produção de alimentos à população como um todo, portanto, assuntos relacionados a ela são cada vez mais discutidos em debates sobre o desenvolvimento brasileiro. Trata-se de um importante setor empregador de mão-de-obra no campo, rentável e que contribui significativamente para o combate à pobreza. Neste contexto há o surgimento de novas estratégias de exploração e novos modelos de gestão das propriedades rurais familiares, visando complemento da renda, melhoria na qualidade de vida e garantia de reprodução ao longo dos anos.

Quanto a caracterização do município, notou-se que existem 71 estabelecimentos rurais, sendo mais de 70% deles inferiores à 50 hectares; a economia é voltada principalmente à agropecuária e serviços temporários. Os dados obtidos mostraram que a grande maioria dos entrevistados (62%) residiam nos municípios de Pracinha (34%); Lucélia (19%) e Adamantina, Indiana e Piacatu (9%); apenas 38% residiam no estabelecimento rural. Cerca de 48% dos proprietários possuem idade superior a 60 anos e 81,5% deles, destinavam 86% das áreas disponíveis à pastagem, evidenciando a forte presença da pecuária (principalmente a de corte), com agravantes, já que a mesma demanda pouca mão-de-obra.

Verifica-se que a rentabilidade das propriedades rurais é determinada, tanto pelas características e atividades agrícolas desenvolvidas, como por atividades e rendas não-agrícolas. Aproximadamente 4% dos produtores dependem exclusivamente da renda agropecuária e 30% possuem mais da metade da renda proveniente dela. Nota-se que para 31% dos entrevistados, a participação da renda agropecuária na renda total representa mais de 50%.

A pecuária de corte (bovinos) está presente em 36 estabelecimentos rurais (66% do total). Dentre estes estabelecimentos, notou-se que 67% deles possui a pecuária de corte como a única atividade agropecuária. Em relação a pecuária leiteira, esta encontra-se presente em 12 estabelecimentos rurais, ou seja, em 23% deles, e possui grande representatividade na renda agropecuária, exercendo influência na renda bruta total dos proprietários.

REFERÊNCIAS

ANUALPEC. Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo: FNP, 2009.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347; Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>. Data de acesso: 16 jun 2010.

GRAZIANO, J.S. da. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 43-81, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. 211p.

GUTBERLEY, J. **Rural Development and Social Exclusion: a case study of sustainability and distributive issues in Brazil**. *Australian Geographer*. V. 30, n.2, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Data de acesso: 23 jun 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Data de acesso: 20 abr 2009.

KAGEYAMA, A. *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: DELGADO, G. C. *et al.* (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1986.

LODI, J. B. **A empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1993.

MATTEI, Lauro. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade**. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.45 no. 4 Brasília Out./Dec. 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 20/09/2009.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências e Sociologia, São Paulo, SP. V. 18, n. 51, p. 99-122, fev.2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lang=pt. Data de acesso: 01 mar 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX Encontro anual da ANPOCS, out 1996, Caxambu. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>. Data de acesso: 17 jun 2010.